

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.134.934 - RJ (2017/0170448-1)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : TERRAZZO ATLANTICA RESTAURANTE LTDA
ADVOGADOS : CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO - RJ020283
CAROLINA LYRIO CIMA NOLASCO E OUTRO(S) - RJ144358
CATERINA MEDEIROS DE LUCA - RJ150321
AGRAVANTE : PROMO 3 CONSULTORIA PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA
ADVOGADOS : PAULO LOURENÇO DIAZ E OUTRO(S) - RJ102086
ORLANDO AUGUSTO VIEIRA - RJ181370
AGRAVANTE : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE HOTÉIS DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ABIH/RJ
ADVOGADOS : PAULO HENRIQUE BARROS BERGQVIST - RJ081617
RODRIGO CARPINTEIRO PERES E OUTRO(S) - RJ118716
AGRAVADO : BRASITALIA FIREWORKS PROMOCOES E EVENTOS LTDA
ADVOGADO : DIEGO ALVES DE CARVALHO - RJ114314
AGRAVADO : WANIA PEREIRA MENDES
ADVOGADOS : DARCY DE ASSIS VIANNA - RJ010705
ESTER PEREIRA RANGEL DEL RIO - RJ098155
JORGE DARCY GUIMARÃES DE ASSIS VIANNA - RJ107463
ANNA MARIA PORTUGAL GUIMARÃES E OUTRO(S) - RJ049284

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15) interposto por **TERRAZZO ATLANTICA RESTAURANTE LTDA**, contra decisão que deixou de admitir recurso especial interposto pela ora insurgente.

O apelo extremo, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, desafia acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (fl. 2168, e-STJ):

Ação de Indenização pelo rito ordinário. Alegação da autora de que sofreu lesões durante uma queima de fogos de artifício realizada na festa de réveillon na praia de Copacabana, na virada do ano de 2000/2001. Sentença julgando improcedente o pedido em relação ao Município do Rio de Janeiro e procedente em parte quanto aos demais réus, concedendo R\$ 10.000,00 a título de dano moral e R\$ 100,00 de dano material. Recursos de Apelação Cível. Rejeição de Agravo Retido. Afastamento das preliminares. MANUTENÇÃO. Cabimento dos danos morais, pois restou demonstrado que as lesões sofridas pela autora foram em consequência da queima de fogos de artifício promovida pelos apelantes. Dano moral fixado moderadamente. DESPROVIMENTO DOS RECURSOS.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados na origem (fls. 2260-2268, e-STJ).

Nas razões do apelo extremo (fls. 2298-2313, e-STJ), a recorrente apontou

violação aos artigos 131, 165, 458, II, e 535, inciso II, todos do CPC/73; aos artigos 2, 3, 7, 42, 12, 14, § 3º, inciso II e 17, da Lei n. 8.078/90 e aos artigos 186, 187, 896, 927 e 944 do Código Civil. Sustentou, em síntese: **a)** a existência de omissões não sanadas quando do julgamento dos aclaratórios; **b)** foi ignorado o resultado da perícia realizada pelo Instituto de Criminalística, no sentido de que o material que causou as lesões na autora fora utilizado pela empresa Promo 3; **c)** a inexistência de relação de consumo, não sendo caso de aplicação do CDC; **d)** não foi praticado qualquer ato ilícito por parte da ora recorrente, não sendo cabíveis danos morais na hipótese.

Sem contrarrazões (fl. 2426, e-STJ).

Em juízo prévio de admissibilidade (fls. 2427-2431, e-STJ), a Corte local não admitiu o recurso, dando ensejo a interposição do presente agravo (fls. 2497-2511, e-STJ), no qual a insurgente infirma o conteúdo da decisão agravada.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. De início, a insurgente aponta violação ao art. 535 do CPC/73, ao argumento de que não foram sanadas as omissões apontadas nos embargos de declaração. Sustenta ter o acórdão recorrido se omitido com relação às seguintes teses: **i)** a responsabilidade da PROMO 3 no evento; **ii)** a inaplicabilidade do CDC; **iii)** a responsabilidade do Município do Rio de Janeiro pelo episódio narrados nos autos.

Razão não lhe assiste, no ponto.

Não se vislumbram as alegadas omissões, pois o órgão julgador dirimiu a controvérsia de forma fundamentada, pronunciando-se de forma clara e suficiente inclusive acerca das questões tidas por omissas, embora não tenha acolhido a pretensão da recorrente, consoante se infere dos seguintes trechos do julgado:

De fato, pelo que se verifica dos autos, as festividades comemorativas foram realizadas pelos réus, cada qual com sua participação, e que culminou com resultado catastrófico, como amplamente divulgado.

Em seus recursos, cada apelante procura se eximir da culpa, lançando a responsabilidade para o outro, mas o fato é que a matéria é regida pelo Codecon, o que acarreta a solidariedade de todos os entes envolvidos.

Dúvidas não existem que as recorrentes tiveram participação na realização do desastroso evento, cada qual dentro de sua competência, a Associação, representando a hotelaria da Avenida Atlântica, que lucrou com a ocupação quase total dos quartos, em razão do interesse público; a Terrazzo, com, sem dúvidas, grande lotação do restaurante frontal ao mar e a Promo 3, que promoveu a festa.

(fl. 2176, e-STJ)

Ainda, extrai-se do acórdão que julgou os embargos de declaração:

A aplicação do CODECON ficou elucidada, bastando a leitura de fls. 2.176/2.178.

Diante da solidariedade aplicada pela Câmara, não pode prevalecer o argumento de que as explosões foram de responsabilidade da outra ré.

A questão do afastamento do Município ocorreu logo no início da lide e não

houve recurso a respeito, ficando preclusa a matéria. Ademais, esse tema sequer constou da apelação. (fl. 2268, e-STJ)

Depreende-se da leitura do acórdão recorrido, sobretudo dos trechos supratranscritos, que o órgão julgador dirimiu as questões que lhe foram postas à apreciação, a partir da ampla análise do contexto fático-probatório dos autos, inclusive sobre as questões apontadas como omissas, embora não tenha acolhido a pretensão da recorrente, portanto não ocorre ofensa ao citado dispositivo.

Na mesma linha, precedentes: AgRg no REsp 1291104/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 17/05/2016, DJe 02/06/2016; AgRg no Ag 1252154/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 23/06/2015, DJe 30/06/2015; REsp 1395221/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/09/2013, DJe 17/09/2013.

Não é demais lembrar, a orientação desta Corte, no sentido de que o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, nem a indicar todos os dispositivos legais suscitados, quando tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio, como ocorrera na hipótese. Nesse sentido, confira-se:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. 1. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. [...] 1. Não há ofensa ao art. 535 do CPC, pois o Tribunal de origem decidiu a matéria de forma fundamentada. **O julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, quando tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio.** 2. O Tribunal de origem por ocasião do julgamento do recurso examinou as questões, embora de forma contrária à pretensão do recorrente, não existindo omissão a ser sanada. [...] 5. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 627.146/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/10/2015, DJe 29/10/2015) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 535, 826 E 927 DO CPC. OMISSÃO. INEXISTENTE. JULGADO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. CONCLUSÃO FIRMADA COM BASE NA MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚM. 7/STJ. DISSÍDIO INTERPRETATIVO. NÃO OBEDIÊNCIA AOS TERMOS REGIMENTAIS. REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. Não se configurou a ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada. **Não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos aos autos pelas partes. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução.** [...] 4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 498.536/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 08/09/2015, DJe 16/09/2015) [grifou-se]

Inexiste, portanto, violação ao artigo 535 do CPC/73, visto que a matéria fora apreciada pelo Tribunal de origem, cuja fundamentação foi clara e suficiente para o deslinde

da controvérsia.

2. Aponta a recorrente, ainda, violação aos artigos 131, 165 e 458, II, CPC/73, ao argumento de que o acórdão impugnado ignorou o resultado da perícia realizada pelo Instituto de Criminalística, no sentido de que o material que causou as lesões na autora fora utilizado pela empresa Promo 3.

No particular, extrai-se do acórdão recorrido:

Rejeita-se a preliminar levantada de cerceamento de defesa, pois não se vislumbrou no caso presente a alegada violação ao princípio do contraditório e da ampla defesa, visto que a realização de prova testemunhal insere-se no poder do Magistrado, e ela foi bem rejeitada, com base no art. 130 do CPC, evitando o injustificável retardo processual com diligência inútil.

No caso presente, ela afigura-se supérflua, já que a discussão é restrita à apuração dos responsáveis pela queima de fogos e dos danos causados à autora, o que foi constatado e avaliado através da prova pericial.

[...]

Ainda que o laudo do ICCE tenha concluído que as amostras colhidas “são equivalentes aos materiais apresentados pela Empresa Promo 3”, a discussão central não é esta, mas sim a responsabilidade objetiva prevista na lei consumerista que pune a prestação defeituosa de serviços e, no caso presente, essa relação tem seu escopo no artigo 12, que trata do fato do produto ou do serviço, como se lê:

“O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos”.

A solidariedade está prevista nos artigos 7º, § único, 13 e 18, do diploma citado.

Como disse a prova técnica, não “houve verdadeiramente uma explosão, mas sim uma deflagração vigorosa do artefato pirotécnico” (fls. 1.308/1.588), e esse trabalho foi ratificado pelo expert, com conclusão de “resultados podem absorver grau de imprecisão não desejado...” (fl. 1.687). (fls. 2172-2177, e-STJ)

Como se vê, ao contrário do que alega a ora recorrente, o julgador não ignorou o resultado da perícia, mas sim utilizou na fundamentação do seu convencimento. A propósito, no sistema da persuasão racional, adotado pela legislação processual civil (artigos 130 e 131, CPC/73 e 371, CPC/15), o magistrado é livre para examinar o conjunto fático-probatório produzido nos autos para formar sua convicção, desde que indique de forma fundamentada os elementos de seu convencimento, como ocorreu na hipótese *sub judice*.

Na hipótese, o que se vê é o inconformismo da parte com relação ao juízo de valor aferido pelas instâncias ordinárias às provas dos autos, cuja revisão esbarra no óbice da Súmula 7/STJ.

Ademais, consoante entendimento desta Corte, à luz dos princípios da livre

apreciação da prova e do livre convencimento motivado, tendo como base o acervo fático probatório dos autos, pode o magistrado conferir maior prestígio a determinada prova em detrimento de outra, a luz do seu convencimento. Nesse sentido, a propósito, confira-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL SECURITÁRIA. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA SEGURADORA RECONHECIDA ANTE A APÓLICE TRATADA NOS AUTOS. ART. 131 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. ALEGAÇÃO DE MÁ VALORAÇÃO DA PROVA. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JUIZ. PRECEDENTES. AGRAVO NÃO PROVIDO. [...] 2. Cabe esclarecer que a orientação jurisprudencial desta Corte Superior aduz que "vigora, no direito processual pátrio, o sistema de persuasão racional, adotado pelo Código de Processo Civil nos arts. 130 e 131, não cabendo compelir o magistrado a acolher com primazia determinada prova, em detrimento de outras pretendidas pelas partes, se pela análise das provas em comunhão estiver convencido da verdade dos fatos" (AgRg no REsp 1.251.743/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 16/09/2014, DJe de 22/9/2014) 3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AgInt no AREsp 1044614/PR, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 23/05/2017, DJe 01/06/2017) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO REGRESSIVA DA SEGURADORA CONTRA O CAUSADOR DO DANO - ACIDENTE DE TRÂNSITO - COLISÃO TRASEIRA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO. IRRESIGNAÇÃO DO REÚ. [...] 2. No sistema da persuasão racional, adotado pela legislação processual civil (artigos 130 e 131 do CPC/1973 e 371 do CPC/2015), o magistrado é livre para examinar o conjunto fático-probatório produzido nos autos para formar sua convicção, desde que indique de forma fundamentada os elementos de seu convencimento. 2.1. **A alteração do acórdão impugnado com relação às provas dos autos demandaria o reexame do conjunto fático-probatório, o que é inviável no âmbito do recurso especial, a teor da Súmula 7/STJ.** 2.2. Na hipótese, não se vislumbra erro material na apreciação da prova, mas sim o inconformismo da parte com relação ao juízo de valor aferido pelas instâncias ordinárias, cuja revisão esbarra no referido óbice sumular. 3. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 483.170/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 19/10/2017, DJe 25/10/2017) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS - QUEIMADA - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE ONDE SE INICIOU O FOGO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - OFENSA AOS ARTIGOS 131, 165, 458 E 535 DO CPC - INEXISTÊNCIA - REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO - IMPOSSIBILIDADE - SÚMULA 7/STJ - DECISÃO AGRAVADA MANTIDA - IMPROVIMENTO. [...] 2.- No tocante à alegada afronta ao artigo 131 do Código de Processo Civil, é de se

ter presente que o destinatário final das provas produzidas é o juiz, a quem cabe avaliar quanto à sua suficiência e necessidade, em consonância com o disposto no parte final do mencionado artigo 130 do CPC. É firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que compete às instâncias ordinárias exercer juízo acerca das provas produzidas, haja vista sua proximidade com as circunstâncias fáticas da causa, cujo reexame é vedado em âmbito de Especial, a teor do enunciado 7 da Súmula/STJ. [...] 4.- Agravo Regimental improvido. (AgRg no AREsp 307.427/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/06/2013, DJe 01/08/2013) [grifou-se]

Incide, no ponto, o óbice da Súmula 7/STJ.

3. Sustenta a recorrente, outrossim, a ausência de responsabilidade por não se enquadrar do conceito de fornecedor de produto, bem assim a inaplicabilidade das normas do CDC à hipótese. Argumenta, ainda, a inexistência dos elementos ensejadores do dever de indenizar, ao passo que não praticou qualquer ato ilícito, além de não haver nexo causal no caso em comento.

O Tribunal *a quo*, com amparo nos elementos de convicção dos autos, assim decidiu acerca da responsabilidade civil da ora recorrente:

Dúvidas não existem que as recorrentes tiveram participação na realização do desastroso evento, cada qual dentro de sua competência, a Associação, representando a hotelaria da Avenida Atlântica, que lucrou com a ocupação quase total dos quartos, em razão do interesse público; a Terrazzo, com, sem dúvidas, grande lotação do restaurante frontal ao mar e a Promo 3, que promoveu a festa.

Ainda que o laudo do ICCE tenha concluído que as amostras colhidas “são equivalentes aos materiais apresentados pela Empresa Promo 3”, a discussão central não é esta, mas sim a responsabilidade objetiva prevista na lei consumerista que pune a prestação defeituosa de serviços e, no caso presente, essa relação tem seu escopo no artigo 12, que trata do fato do produto ou do serviço, como se lê:

“O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos”.

A solidariedade está prevista nos artigos 7º, § único, 13 e 18, do diploma citado.

Como disse a prova técnica, não “houve verdadeiramente uma explosão, mas sim uma deflagração vigorosa do artefato pirotécnico” (fls. 1.308/1.588), e esse trabalho foi ratificado pelo expert, com conclusão de “resultados podem absorver grau de imprecisão não desejado...” (fl. 1.687). Ainda que não muito claro qual a empresa responsável pelo “curral” de onde ocorreu a deflagração, o certo é que todas as apelantes foram empreendedoras, com lucro, do malfadado evento fora das normas de segurança, daí a aplicação da solidariedade prevista igualmente na Lei Civil,

artigo 264 e seguintes.

O que se esperava é que as entidades, com um mínimo de responsabilidade, procurassem a autora e demais vítimas para pagamento de indenização in continenti, mas não levá-las a penosos e demorados processos (o presente é do ano de 2001!!!!), com toda sorte de incidentes processuais, o que levou a autora ou seu causídico a desistir de recorrer ou apresentar contrarrazões, contentando-se com modestíssimo valor indenizatório.

Reforça a tese da solidariedade, o fato insofismável que após o trágico evento o lançamento de fogos passou a ser feito por balsas no mar e não da forma precária sobre as cabeças das pessoas.

Logo, caracterizada a responsabilidade dos apelantes, cabível a concessão do dano moral, com base no artigo, 5º, X, da Constituição Federal, considerando-se a situação anormal passada e abalo emocional que refoge ao normalmente suportado pela pessoa média, já que a autora sofreu lesões em razão da queima de fogos promovida e ainda teve que procurar atendimento médico.

(fls. 2176-2178, e-STJ) [grifou-se]

Como se vê, a Corte de origem, soberana na análise do conjunto fático-probatório dos autos, concluiu que ficou caracterizada a responsabilidade civil da recorrente, porquanto demonstrados os requisitos ensejadores do dever de indenizar na hipótese e a sua responsabilidade no evento danoso. Assim, para rever tal conclusão seria imprescindível o reexame de todo o acervo fático e probatório dos autos, providência esta vedada em sede de recurso especial, a teor da Súmula 7/STJ. Nesse sentido, precedentes da Casa:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. HOMICÍDIO EM FESTA DE HIP HOP E FUNK. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO LOCADOR DO ESPAÇO DESTINADO AO EVENTO E DO SEU ORGANIZADOR OU PROMOVENTE. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE CIVIL PELO FATO DO SERVIÇO. DEVER DE INDENIZAR. SÚMULA 7/STJ. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. No presente caso, a revisão do entendimento a que chegou o Tribunal estadual, sobre a responsabilidade civil da empresa, encontra óbice na Súmula 7 desta Corte por demandar necessário reexame de prova. 2. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 670.011/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 18/06/2015, DJe 26/06/2015) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. TRIO ELÉTRICO. ACIDENTE. ROMPIMENTO DE FIAÇÃO. MURO COM QUADRO DE ELETRICIDADE. DERRUBADA. TRANSEUNTE. DANOS FÍSICOS. EMPRESA DE EVENTOS E CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. SÚMULA Nº 7/STJ. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA Nº 284/STF. 1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na

vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ). 2. No caso, desconstituir as premissas estabelecidas pelo tribunal local - (i) a empresa organizadora é responsável pelo dano diante de seu dever de vistoriar o percurso a ser realizado pelo trio elétrico e (ii) a concessionária de energia elétrica, diante de sua omissão e negligência, foi condenada solidariamente - demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, procedimento vedado pelo teor da Súmula nº 7/STJ. 3. A matéria constante do art. 12, § 3º, do CDC não guarda pertinência com a discussão dos presentes autos. Incidência da Súmula nº 284/STF. Precedentes. 4. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1415492/GO, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 30/09/2019, DJe 04/10/2019)

Inafastável, no ponto, o óbice da Súmula 7/STJ.

4. Do exposto, nego provimento ao agravo interposto por TERRAZZO ATLANTICA RESTAURANTE LTDA.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator